

 SOCIOAMBIENTAL		<b>Documentação</b> FSP	
Fonte			
Data	13/12/2000	Pg	13
Class.	12		

## Pegamos um Itá no Sul

RICARDO ARNT

EM OUTUBRO foi inaugurada, no Rio Grande do Sul, a usina de Itá, a primeira hidrelétrica do rio Uruguai. Serão 1.450 Mw (megawatts) muito necessários para sustentar o crescimento do PIB, depois dos suados 4% deste ano. O Brasil precisa manter-se em expansão para gerar empregos e progresso e resgatar sua dívida social. Independentemente de quem governa o país.

Ocorre que a crise que exauriu o Estado-empresário estancou o investimento em geração de energia. Em 1995, 23 usinas, todas estatais, estavam com as obras paralisadas por falta de recursos. Itá era uma delas. Com as privatizações, o governo vendeu as usinas da Cesp e da Eletrosul, arrecadou US\$ 34,5 bilhões e atraiu dezenas de multinacionais.

Itá acabou ficando com o consórcio formado por Gerasul (do grupo belga Tractebel), Companhia Siderúrgica Nacional e Cimento Itambé. Em 1996, a obra foi retomada e, após a injeção de US\$ 1,05 bilhão, concluída.

Demorou 21 anos! Mas saiu.

Só que havia uma cidade de 8.000 habitantes, bem na beira do rio, que deveria ser reassentada. Nada com que a experiência nacionalista da Eletrobrás não soubesse lidar, depois da prática acumulada com a remoção compulsória de 72 mil pessoas de Sobradinho (BA), 10 mil de Itaparica (PE), 30 mil de Tucuruí (PA) e 42 mil de Itaipu (PR). Na ditadura não tinha conversa.

A diferença é que em Itá havia forte

tradição associativa, colonos de origem italiana, alemã e polonesa, minifúndios produtivos, igrejas católica e luterana, sindicatos rurais, cooperativas, a Associação dos Municípios do Alto Uruguai e apoio que vinha desde o extinto PDS até o PT. Diante dos planos de 22 represas no rio, as quais "atingiriam" 200 mil pessoas, em 36 municípios, formou-se, em 1980, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (Crab).

A cidade disse não.

*Itá, no Rio Grande do Sul,  
é um marco da gestão  
democrática de conflitos  
de interesses; sua história  
não deve ser esquecida*

Houve acampamentos de protesto, campanhas internacionais, abaixo-assinados (um deles com 1,16 milhão de assinaturas), invasões de canteiros de obras e coquetéis molotov. Em 1987, numa convergência histórica com a Eletrosul, a Crab fechou o primeiro acordo de reassentamento do Brasil antes da construção do muro da barragem. Definiram-se critérios, cronogramas, indenizações e compromissos — muitos não cumpridos posteriormente.

No final, sempre sob pressão popular, a cidade foi reconstruída no alto de um morro, a 2 km de distância, de onde se contempla o lago de 140 km<sup>2</sup>. Setecentas famílias foram reassentadas (embora algumas pendências continuem a existir). Graças às negociações, a represa de Machadinho, a segunda do rio Uruguai, teve seu eixo mudado para 20 km rio acima. Com isso a usina da Gerasul perderá um pouco de potência (de 1.340 mw para 1.140 mw), mas seu lago gerará 80% menos de impacto, deixando de "atingir" milhares de pessoas.

Machadinho desimpediu a negociação dos futuros barramentos do rio Uruguai e reiterou, para o capital privado, a chance de bons negócios com a geração de energia para o Mercosul. Para os "atingidos" ficou um pouco mais complicado, já que o dono da barragem tornou-se invisível: é alguém na Bélgica.

Por isso cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica, que define as regras do setor, estabelecer, o quanto antes, parâmetros nacionais para uma política de reassentamento por impacto ambiental. A história vai se repetir, já que apenas um quarto do nosso potencial hidráulico foi explorado e o país precisa de hidrelétricas. Itá é um marco da gestão democrática do conflito de interesses. Sua história não deve ser esquecida.

Ricardo Arnt, 49, é editor da revista "Exame" e autor de "Um Artífício Orgânico: Transição na Amazônia e Ambientalismo" (Ed. Rocco, 1992).